

## Editorial

AS BOAS  
INTENÇÕES

As religiões, em geral, acreditam que estão com a verdade. Creem que, conduzindo a palavra de Deus, poderão libertar os seres humanos de suas amarras. Colhidos pela lei dos homens, os presidiários estariam entre os mais necessitados da lei de Deus.

Várias igrejas dedicam-se a dar assistência religiosa a esse público. Confortam presos e suas famílias. Certamente, ajudam na recuperação dessas pessoas. A Pastoral Carcerária, da Igreja Católica, expõe à sociedade a situação em que vive a população de presos.

Nenhuma confissão deve ser impedida de realizar esse trabalho religioso ou social. Nenhuma também deve ter privilégios com relação a isso. Não é, no entanto, o que está acontecendo com uma denominação evangélica num dos centros de prisioneiros do Estado.

À Igreja foi concedido o direito de colocar aparelhos de TV em todas as celas da prisão. Os aparelhos ficam sintonizados, durante as 24 horas do dia, numa emissora também evangélica. Se os presos se sentem saturados, só podem desligar o som e escurecer a imagem.

Para que se efetivasse, a iniciativa teve o apoio do diretor do estabelecimento, pertencente à mesma Igreja, e do subsecretário de Administração Prisional do Estado (Suapi). Consideram a medida um sucesso. Dizem que os presos ficam calmos, amparados espiritualmente.

Trata-se, no entanto, de uma flagrante ilegalidade, juridicamente indefensável. O Estado brasileiro é laico e não pode negociar com nenhuma religião. Constitucionalmente, ao poder público cabe garantir a liberdade de crença a todos os cidadãos, inclusive aos presos.

Está ocorrendo um atentado às liberdades públicas consagradas pela democracia. Será que passou pela cabeça desses administradores públicos que o Estado pode ser processado por um preso por estar infringindo a sua liberdade individual – um valor inalienável?

Um valor da civilização é o direito do indivíduo dispor de si, de não ser amparado espiritualmente e até de não ser salvo.

## SEMPRE EDITORA LTDA

**FUNDADOR** Vittorio Medioli  
**PRESIDENTE** Laura Medioli  
**VICE-PRESIDENTE** Luiz Alberto de Castro Tito  
**DIRETOR EXECUTIVO** Teodomiro Braga  
**DIRETOR FINANCEIRO** Marcos de Oliveira e Souza

**GERENTE COMERCIAL**  
Leandro Figueiredo

**GERENTE DE TECNOLOGIA**  
Fábio A. Santos

**GERENTE INDUSTRIAL**  
Guilherme Reis

**GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**  
Walmir Prado

**GERENTE DE MARKETING**  
Alessandra Soares

**GERENTE DE CIRCULAÇÃO**  
Isabel Santos

**EDITORA EXECUTIVA**  
Lúcia Castro

**SECRETÁRIA DE REDAÇÃO**  
Michele Borges da Costa

**ADJUNTA DA SECRETARIA DE REDAÇÃO**  
Aline de Almeida Reskalla

**EDITORES**

Primeira Página: Robert Wagner  
Opinião: Victor de Almeida  
Economia: Karlon Aredes  
Política: Carla Kreeft  
Magazine: Silvana Mascagna  
Brasil/Mundo: Carla Chein  
Esportes: Denner Taylor  
Cidades: Carla Alves  
Fotografia: Leonardo Lara

## O.PINIÃO

Duke

MERCADO DE FUTEBOL



Duke  
www.dukechargista.com.br

www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatima.oliveira1953@gmail.com

2011: Ano Internacional para  
Descendentes de Africanos

“Uma política importante de combate ao racismo”

No dia 12 passado, a ONU definiu 2011 como Ano Internacional para Descendentes de Africanos. Para o secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, “o evento pretende reforçar o compromisso político para erradicar a discriminação a descendentes de africanos, que estão entre os que mais sofrem com o racismo, além de ter negados seus direitos básicos à saúde de qualidade e educação em todo o mundo. A iniciativa também quer promover o respeito à diversidade e herança culturais”.

Pontuou que “a comunidade internacional já afirmou que o tráfico transatlântico de escravos foi uma tragédia apavorante, não apenas por causa das barbáries cometidas, mas pelo desrespeito à humanidade”, e informou que, no centro das atividades da celebração, está Durban 2001 (Declaração e Programa de Ação de Durban, reiterados na Conferência de Revisão de Durban, em Genebra, em 2009, que insta os governos a adotarem metas de integração e promoção da equidade racial, objetivando assegurar, em todos os aspectos, a integração total de afrodescendentes).

Frisou que “a comunidade internacional não pode aceitar que comunidades inteiras sejam marginalizadas por causa da sua cor de pele”. A missão do Brasil na ONU declarou que a celebração do Ano Internacional para Descendentes de Africanos é “uma ocasião para chamar atenção para as persistentes desigualdades que ainda afetam essa parte importante da população brasileira”.

Reproduzo um comentário lapidar em resposta a quem acha a iniciativa da ONU desnecessária, sob o argumento

enviesado de que divide a luta dos oprimidos: “Entendo a iniciativa como uma política importante de combate ao racismo. Acredito que os governos ainda fazem pouco para eliminá-lo. Sem falar que ainda confundem racismo com exclusão social, com pobreza. Ocorre que entre pobres de todas as raças que são excluídos e discriminados, aos pobres brancos ainda lhes resta a branquitude como um bem e um valor nas sociedades racistas como a nossa. Aos pobres pretos e afrodescendentes em geral, só lhes resta a vitimização do racismo”

“Ainda confundem racismo com pobreza. Aos pobres brancos ainda lhes resta a branquitude como um bem nas sociedades racistas como a nossa”

(Francisco Aniceto, no Site Lima Coelho, 22.12.2010).

Em “Superação do racismo e da xenofobia exige faxina ética” escrevi: “Como acreditar na boa-fé se o governo, que diz apoiar o Estatuto (da Igualdade Racial), nega se a conferir lastro financeiro específico (Fundo de Promoção da Igualdade Racial) para a implementação de políticas antirracistas? A recusa é uma explicitação de que os recursos públicos são considerados como algo privado, de que o governante do momento pode dispor ao seu bel-prazer, inclusive para manter o status quo racista” (O TEMPO, 18.11.2008). Des-

de então, muita água rolou e foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial (16.6.2010). Não mudei de opinião, nem arrirei a bandeira: apoio sem recursos não é decisão política, é retórica.

Espera-se que a ministra Luíza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), tenha respaldo para enfrentar a agenda oculta do racismo, no âmbito do governo e da sociedade, visibilizando a iniciativa da ONU como um dos pilares do processo de refundação da Seppir; destacando o seu papel de estimuladora de mudanças de padrões culturais, pois o combate sem tréguas ao racismo explícito e oculto é um problema pertinente a um projeto de nação que deseja ser “um país para todos e todas”. É impossível concretizar a consigna “para o Brasil seguir mudando” sem a decisão política de eliminar o racismo de modo consistente e cotidiano.

DUKE

